

Memorando 1- 425/2025

De: Jary A. - PRE-COO-PR

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 26/02/2025 às 10:26:21

Setores envolvidos:

PRE, PRE-AJUR, PRE-COO-SEC, PRE-COO-PR

PLC 02/2025

—
Jary Vitória Alves
Procurador

Anexos:
PARECER_padrao.pdf



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PARECER JURÍDICO

A Câmara Municipal fundamentada no art. 54 do RI encaminha projeto de lei complementar nº 02/2025 para Consultoria Técnica.

O projeto de lei de iniciativa da Mesa Diretora objetiva alterar de CC3/FG3 para CC2/FG2 o padrão do cargo de coordenador de gestão e representação.

É o sucinto resumo.

Inicialmente, cabe ressaltar a adequação da matéria ao tipo legislativo utilizado.

A lei complementar e a lei ordinária diferenciam-se no aspecto material e formal.

No aspecto material, as hipóteses de regulamentação por lei complementar estão taxativamente previstas na Lei Orgânica Municipal no art. 48¹. Já o campo material da lei ordinária é residual, ou seja, o que não for afeto a regulamentação por lei complementar, lei delegada, decreto legislativo ou resolução será matéria de lei ordinária.

¹ Art. 48. São objeto de leis complementares as seguintes matérias:

- I - Código Tributário Municipal;
- II - Código de Obras ou de Edificações;
- III - Código de Posturas;
- IV - Código de Zoneamento;
- V - Código de Parcelamento do Solo;
- VI - Plano Diretor;
- VII - Regime Jurídico dos Servidores.

“DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA!”



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Quanto ao aspecto formal, a lei complementar exige para a aprovação quórum de maioria absoluta, enquanto a lei ordinária impõe a necessidade para aprovação de quórum de maioria simples ou relativa. Assim, por exceção à regra da taxatividade, o objeto versado na presente propositura enquadra-se em matéria afeta a lei ordinária e não a lei complementar, como proposto pelos autores.

Muito embora o projeto possa ser considerado injurídico, por inadequação da matéria à espécie legislativa utilizada, faz-se pertinente relevar que persistindo como projeto de lei complementar não existirá vício de inconstitucionalidade formal propriamente dita, porque, a proposição tornar-se-á lei formalmente complementar, mas materialmente ordinária com relação a matéria por ela tratada, o que pode causar confusão terminológica de adequação, uma vez que o projeto aprovado e a lei promulgada e publicada - Lei Complementar - deverá, obrigatoriamente, em caso de revogação, ser revogada por projeto de ordinária e não por projeto de lei complementar.

Quanto à iniciativa do projeto de lei em análise, importante destacar que a competência privativa foi devidamente observada, art. 23, II, LOM.

Dessa forma, observada a recomendação acima, nada a opor sob o aspecto legal da proposição.

É o parecer.

Canguçu, 26 de fevereiro de 2025.
“DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA!”



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Jary Vitória Alves
Procurador da Câmara

“DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA! ”



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: BEA7-6A5E-1C41-4347

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JARY VITÓRIA ALVES (CPF 886.XXX.XXX-53) em 26/02/2025 10:26:44 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://camaracangucu.1doc.com.br/verificacao/BEA7-6A5E-1C41-4347>